

CENTRO DE ESTUDOS

EuroDefense – Portugal



*Portugal e a Identidade
Europeia de
Segurança e Defesa*

Caderno 1

Lisboa, Junho de 1999

ÍNDICE

EURODEFENSE – PORTUGAL	2
CADERNO I – “PORTUGAL E A IDENTIDADE EUROPEIA DE SEGURANÇA E DEFESA”	3
BOOK I - “PORTUGAL AND THE EUROPEAN SECURITY AND DEFENSE IDENTITY”	4
PROGRAMA DA MESA REDONDA “PORTUGAL E A IESD”	5
LISTA DOS PARTICIPANTES	6
A IDENTIDADE EUROPEIA DE SEGURANÇA E DEFESA: ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E PROSPECTIVO	8
<i>Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira</i>	
PORTUGAL E AS PERSPECTIVAS DA IESD	15
<i>Professor Doutor José Medeiros Ferreira</i>	
PORTUGAL E AS PERSPECTIVAS DA IESD	19
<i>Doutor José Durão Barroso</i>	
APONTAMENTOS DA IV REUNIÃO INTERNACIONAL EURODEFENSE E AS INDÚSTRIAS DE DEFESA	24
<i>General Eduardo Mateus da Silva</i>	
DEBATE	27
REFLEXÕES	31
CONSIDERATIONS	33

EURODEFENSE – PORTUGAL

O EuroDefense – Portugal deu início às suas actividades em 12 de Fevereiro de 1998 e tem como principais finalidades:

- Estudar questões relativas à defesa da Europa, com particular interesse para as indústrias ligadas à defesa;
- Organizar e promover a realização de seminários, encontros, debates e conferências sobre a segurança e defesa da Europa;
- Manter contactos e trocar informações e ideias com os congéneres europeus;
- Organizar e promover estudos e investigação sobre as matérias do seu âmbito e difundir os seus resultados.

O EuroDefense funciona como Organização Não-Governamental (ONG) apoiada administrativa e financeiramente pelos seus membros fundadores, o Instituto da Defesa Nacional e a Associação Industrial Portuguesa, estando aberta à participação ou apoio de outras entidades oficiais ou privadas, empresariais e científicas.

É composto por um Conselho Geral, que define as orientações gerais para o funcionamento, por uma Comissão Executiva, que planeia, executa e administra as actividades e um Secretariado Permanente de apoio geral e administrativo.

O EuroDefense é uma das Associações EuroDefense criadas na Europa a partir de 1994, em vários países da União da Europa Ocidental, existindo em Dezembro de 1998 na Alemanha, na Bélgica, na Espanha, na França, na Holanda, no Reino Unido, na Itália, no Luxemburgo (em formação) e em Portugal.

O EuroDefense – Portugal funciona em instalações cedidas pela Associação Industrial Portuguesa.

CADERNO I – “PORTUGAL E A IDENTIDADE EUROPEIA DE SEGURANÇA E DEFESA”

O Centro de Estudos EuroDefense – Portugal inicia, com este seu primeiro número, a publicação dos CADERNOS EURODEFENSE – PORTUGAL. Trata-se de uma iniciativa integrada nos seus objectivos e política editorial, tendo por finalidade o registo e a divulgação de estudos, investigação e debates promovidos pelo EuroDefense – Portugal.

A Mesa Redonda “Portugal e a Identidade Europeia de Segurança e Defesa”, ocorreu a 3 de Dezembro de 1998 nas instalações do Instituto de Defesa Nacional e, com o apoio desta entidade, reuniu os membros do Conselho Geral e diversas entidades especialistas ou especialmente relacionadas com as questões do tema, tendo em vista a sua reflexão e debate como forma de maior identificação da política nacional no âmbito da integração europeia.

A IESD, ainda sem forma definida nem rumo traçado, insinua a ideia de uma Europa (UE) mais coesa, mais responsável politicamente e com capacidade militar credível. O processo de desenvolvimento desta Identidade, que possivelmente ocorrerá no seio de várias entidades (UE, UEO, NATO), obriga e traz novas opções aos Estados europeus. As indústrias de Defesa europeias poderão ter um papel essencial na construção da IESD, talvez sendo o combustível que irá avivar este processo.

A Comissão Executiva do EuroDefense – Portugal agradece a colaboração empenhada de todos os participantes da Mesa Redonda, em especial dos conferencistas e do grupo de trabalho organizado para a elaboração desta publicação.

Junho de 1999

BOOK I - “PORTUGAL AND THE EUROPEAN SECURITY AND DEFENSE IDENTITY”

The EuroDefense – Portugal initiates with this first issue the publication of EURODEFENSE – PORTUGAL BOOKS. It’s an integrated initiative in its objective and editorial policy, having for aim the recording and the revealing of studies, investigation and debates promoted by this institution.

The Round Table “Portugal and the European Security and Defence Identity (ESDI)”, organized by EuroDefense – Portugal, occurred on December the 3rd of 1998 in the *Instituto de Defesa Nacional* facilities and, with the support of this institution, has put together the members of the EuroDefense – Portugal General Council, as well as other specialized or specially related entities with the theme, in order to present it to reflection, debate and better identify the national policy regarding the European integration.

The ESDI, yet without a definite form and a traced path, insinuates the idea of one united Europe, politically responsible and with a credible military capability. The development process of this identity, which will probably occur within the several entities (EU, WEU, and NATO), imposes and brings new options to the state members of EU. The European defence industries will be able to play an essential part in the ESDI construction, becoming perhaps the reviving fuel of this process.

The EuroDefense – Portugal executive commission would like to thank all participants in the Round Table for their committed collaboration, namely the speakers and the work group responsible for the composition of this publication.

June 1999

PROGRAMA DA MESA REDONDA “PORTUGAL E A IESD”

Na Mesa Redonda “Portugal e a IESD”, o Centro de Estudos EuroDefense – Portugal propôs uma reflexão alargada sobre as escolhas, condicionamentos e implicações da construção da Identidade Europeia de Segurança e Defesa, correlacionada com os interesses de Portugal e com os seguintes objectivos:

1. Enquadrar, numa visão prospectiva, o conceito, objectivos e caminhos da IESD;
2. Reflectir sobre a política portuguesa no quadro da evolução da IESD;
3. Elaborar um Documento de Síntese sobre a reflexão decorrente da Mesa Redonda.

Programa:

09.30 – 09.45 – Sessão de Abertura

Presidente do EuroDefense, Dr. António Vitorino

09.45 – 11.15 – Comunicações

- Enquadramento conceptual e prospectivo da IESD
Nuno Severiano Teixeira
- Portugal e as perspectivas da IESD
José Medeiros Ferreira
- Portugal e as perspectivas da IESD
José Durão Barroso
- Apontamentos sobre a IV Reunião Internacional EuroDefense e Indústrias de Defesa
Eduardo Mateus da Silva

11.15 – 11.30 – Intervalo (café)

11.30 – 13.00 – Reflexão e debate

Moderador: Mário Lemos Pires

13.00 – 13.15 – Sessão de Encerramento

Director do IDN, Nuno Severiano Teixeira

Presidente da AIP, Jorge Rocha de Matos

Presidente do EuroDefense, António Vitorino

LISTA DOS PARTICIPANTES

António Vitorino

Presidente do Conselho Geral do EuroDefense; antigo Ministro da Presidência e da Defesa Nacional

Abel Cabral Couto

General do Exército; antigo Director do Instituto da Defesa Nacional; Vogal do EuroDefense

Fernando Carvalho Rodrigues

Professor catedrático; investigador; membro da Academia das Ciências; Vogal do EuroDefense

Luís Gaspar da Silva

Embaixador; professor convidado das Universidades Técnica de Lisboa, Minho e Internacional; Vogal do EuroDefense

Eduardo Mateus da Silva

General do Exército; vice-presidente da Comissão Executiva do EuroDefense

Mário Lemos Pires

Brigadeiro do Exército; Secretário-Geral do EuroDefense; Colaborador nos órgãos da comunicação social

Nuno Severiano Teixeira

Director do Instituto da Defesa Nacional e professor da F.C.S.H. na Universidade Nova de Lisboa

Américo Simões Gaspar

Brigadeiro do Exército; Subdirector do Instituto da Defesa Nacional

José Manuel Ataíde Montez

Coronel do Exército; Assessor do Instituto da Defesa Nacional

Isabel Nunes

Chefe de Divisão do Centro de Estudos do Departamento de Investigação de Defesa do Instituto da Defesa Nacional

António Manuel Rosas Leitão

Coronel de Engenharia; Assessor do Instituto da Defesa Nacional

José Durão Barroso

Presidente do PSD; Deputado; antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros

José Medeiros Ferreira

Presidente da Comissão Parlamentar dos Assuntos Europeus; antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros; Professor Doutor

António Gonçalves Ribeiro

General do Exército; Director-Geral da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional

João Paulo Costa

Assessor no Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais

Carlos Jorge Magalhães Queiroz

Vice-Almirante; Director do Instituto Superior Naval de Guerra.

Francisco Fernandes Nico

General da Força Aérea; Director do Instituto de Altos Estudos Força Aérea

Herculano Martins

Brigadeiro do Exército; assessor do Ministro da Economia

Carlos Gaspar

Assessor da Casa Civil do Presidente da República; Professor da Universidade Lusíada

Joaquim Aguiar

Politólogo; consultor de estratégia de grupos empresariais

José Luís Pinto Ramalho

Coronel Tirocinado do Exército; Mestre em Relações Internacionais

Luísa Meireles

Comentarista em Relações Internacionais; Jornalista do “Expresso”

Carlos Freire

Jornalista da LUSA

A IDENTIDADE EUROPEIA DE SEGURANÇA E DEFESA: ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E PROSPECTIVO

PROFESSOR DOUTOR NUNO SEVERIANO TEIXEIRA

Compreender o fenómeno que é a Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD) impõe uma reflexão sobre duas variáveis, ou melhor sobre o cruzamento dessas duas variáveis.

A primeira é uma variável diacrónica, a dinâmica histórica da própria construção europeia, no quadro da qual se poderá perspectivar a questão da segurança e da defesa europeia, nas últimas cinco décadas, do Tratado de Dunquerque de 1947 ao Tratado de Amsterdão de 1997.

A segunda é uma variável actual, a dinâmica presente da cena internacional, em particular da chamada Arquitectura Europeia de Segurança e Defesa, no quadro da qual se poderá perspectivar a articulação entre as suas diferentes dimensões: a dimensão euro-atlântica e a dimensão europeia.

A partir do cruzamento destas duas variáveis, poder-se-á equacionar os modelos de articulação possível para o triângulo UE – NATO – UEO, cerne de qualquer tentativa de definição de uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa.

1.

Do ponto de vista histórico é importante ressaltar alguns elementos. Quando se inicia o processo de construção europeia a Europa procura um modelo global. Ainda que pelas vicissitudes da história a Europa se tenha construído a partir da Europa económica é óbvio que ela nunca escondeu o desígnio de chegar também a uma Europa política.

De resto, nos anos quarenta e cinquenta quando começa a desenvolver-se o processo da construção europeia a Europa desenvolve-se segundo o mesmo princípio em todas as áreas, ou seja, o princípio da cooperação intergovernamental nos anos quarenta e o princípio da integração e da supranacionalidade nos anos cinquenta.

Nos anos quarenta constrói-se a cooperação económica em torno da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), a cooperação política em torno do Conselho da Europa e a cooperação em termos militares no Tratado de Dunquerque e no Tratado de Bruxelas que dariam origem à União Ocidental, antepassada da UEO. A mesma coisa se tenta nos anos cinquenta, naturalmente sobre o princípio da integração, com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) no plano económico e depois com a Comunidade Europeia de Defesa (CED) e com a Comunidade Política Europeia (CPE) aos níveis político e militar.

O que acontece de facto é que o fracasso da Comunidade Europeia de Defesa em 1954, introduz na construção europeia duas fracturas extraordinariamente importantes e mais do que essas duas fracturas um tabu.

Em primeiro lugar, a fractura entre Europa política e a Europa económica. A Europa económica constrói-se, desenvolve-se a partir do Tratado de Roma, a Europa política entra em crise, eclipsa-se, desaparece com os Planos Fuchet e só vai reaparecer, de uma forma muito tímida, nos anos setenta com a chamada Cooperação Política Europeia.

A segunda fractura tão ou mais importante do a primeira é a fractura entre duas concepções estratégicas para a defesa da Europa, a concepção Atlântica e a concepção Europeia. A partir daqui, para além destas duas fracturas, introduz-se no processo de construção europeia um tabu, o tabu da segurança e da defesa.

As matérias de segurança e defesa desaparecem não só da prática, mas do próprio discurso da construção europeia e da, então, Comunidade Europeia. Todo o dispositivo da acção externa, toda a presença internacional da Comunidade Europeia se desenvolve a partir da “low politics”, ou seja, da Política Comercial Comum e de uma rede de relações comerciais, de presença internacional na esfera económica, mas é completamente inexistente do ponto de vista da “high politics”, ou seja, ao nível da política externa e de segurança.

A partir de 1949, com a construção da Aliança Atlântica todas as competências que estavam na, então, União Ocidental transferem-se para a NATO. A União Ocidental auto esvazia-se e a partir daqui a Europa passa a não ter nenhum sistema de segurança próprio, nenhum sistema de segurança autónomo e passa a depender inteiramente da segurança atlântica. E, nem a fundação da UEO, em 1954, altera esta circunstância, muito pelo contrário.

O discurso sobre a questão da segurança e da defesa só volta a reintroduzir-se na construção europeia no Acto Único, em 1986. No Título 3º refere-se aos aspectos económicos da segurança, mas continuam, completamente, fora do discurso a dimensão militares, ou seja, as questões de defesa.

O final da Guerra Fria vem dar, à União Europeia (UE) um outro papel na cena internacional. Este novo papel, que a UE pode e deve jogar na cena internacional, faz emergir e torna muito claro que há um déficite, entre aquilo que são as expectativas que se colocam sobre a acção externa da UE e as suas reais capacidades, sendo isto particularmente claro em relação à Europa Central e à Europa de Leste.

Este facto é claro logo a partir do final da Guerra Fria ao nível diplomático e torna-se muito claro ao nível militar a partir de 1991 com a Guerra do Golfo e com o desencadear do conflito nos Balcãs. A tentativa de resposta Europeia a esta situação é a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) que se consagra no Tratado de Maastricht. E é no Tratado de Maastricht que aparece pela primeira vez, a noção vaga e ambígua, da IESD.

É precisamente esta ambiguidade, esta forma vaga, que permite as diferentes interpretações por parte dos países e das organizações internacionais, que estão no cerne de muitos dos equívocos, e das “misperceptions” em torno desta ideia da IESD.

A noção é utilizada, mas significa uma coisa para os ingleses, outra para os franceses, outra para os alemães. Em Maastricht, foi possível o consenso sobre a necessidade de uma

IESD, mas não foi possível o consenso sobre a sua materialização, ou seja, sobre o instrumento militar que de uma forma concreta poderia materializar a IESD.

Assim, no Tratado de Maastricht estão, coexistem duas concepções sobre a IESD: uma no texto do Tratado, outra na declaração anexa sobre a UEO. A UEO é simultaneamente braço armado da UE e pilar europeu da NATO sem que saibamos o que é que ela é verdadeiramente: se é uma coisa, se é outra ou se é as duas.

Em Amsterdão não houve alterações substanciais do ponto de vista da segurança e da defesa. Haviam conquistas mais importantes a fazer, nomeadamente a Moeda Única e o Pacto de Estabilidade, e o compromisso em torno dessas matérias, concentrou o esforço diplomático da CIG que abandona a procura de um consenso nas questões de segurança e defesa. Mas houve alguns aperfeiçoamentos e aprofundamentos, quer pela via operacional quer pela via institucional.

2.

Passemos agora para um segundo momento que é o da actualidade. Como se define a arquitectura de segurança e de defesa e que modelos, do ponto de vista teórico, são possíveis para construir uma IESD?

Esta arquitectura de segurança e de defesa organiza-se hoje em três círculos, que não são concêntricos de uma forma perfeita mas que se desenrolam de uma forma mais ou menos concêntrica. O círculo mais largo, global, paneuropeu centrado na OSCE; o segundo, Euro-Atlântico centrado institucionalmente na NATO e no Conselho do Atlântico; e o terceiro, europeu, ou estritamente europeu, em torno da IESD e daquilo que é, até ao momento, o seu instrumento militar possível, a UEO.

Para equacionar o problema da IESD e sobretudo a sua concretização prática, a questão fundamental é a da articulação dos dois subsistemas: o subsistema europeu e o subsistema atlântico. No fundo, a articulação do triângulo formado pela NATO, a UE e a UEO.

Existem na formulação da IESD concordâncias e discordâncias. Parece que existe concordância nos factos e discordância na interpretação desses factos.

Há, em primeiro lugar, um consenso generalizado sobre a necessidade da própria IESD quer do ponto de vista dos países europeus quer do ponto de vista da UE, quer dos Estados Unidos e da NATO: é preciso afirmar e construir a IESD.

Maastricht e Amsterdão, no discurso da União Europeia, são dois momentos claríssimos; no discurso da NATO isso é muito claro, desde as Declarações de Londres em 1990, do Conselho de Bruxelas de 1993 e finalmente da Declaração da Cimeira de Berlim em que afirma não só apoiar a IESD mas vai ao ponto de afirmar a construção da IESD no seio da própria NATO.

Em segundo lugar, há também um consenso sobre a necessidade da permanência, senão mesmo do reforço, do vínculo transatlântico. Não é possível construir a IESD contra a NATO e contra os Estados Unidos. A IESD pode e deve construir-se com os Estados Unidos e com a NATO o vínculo transatlântico é um dado consensual.

As divergências registam-se quer entre aliados europeus e Estados Unidos da América quer entre os próprios europeus, em primeiro lugar e desde logo, sobre a interpretação do vínculo transatlântico e em segundo lugar sobre o papel da UEO no seio da IESD.

No que diz respeito ao vínculo transatlântico entre os Estados Unidos e os aliados europeus não há uma identidade total quanto à função que de um e de outro lado do atlântico se atribui à NATO e à U. E, no que diz respeito à defesa e à segurança na Europa. É o problema do “responsibility sharing”. O “responsibility sharing” pode alterar o *statu quo* das lideranças no seio da NATO e é aí que o problema se deve colocar.

Em segundo lugar há as divergências no quadro dos aliados europeus sobre o papel que a Europa deve desempenhar na sua própria defesa e segurança. E o que volta a estar hoje aqui presente é a velha fractura, ou se quisermos os vestígios da velha fractura entre a concepção europeia e a concepção atlântica da defesa da Europa que remonta ao fracasso da Comunidade Europeia de Defesa de 1954.

A questão essencial é a relação União Europeia/União da Europa Ocidental/NATO em que continuamos a ter uma tradição atlântica, liderada pela Grã-Bretanha, que privilegia a NATO e que privilegia a defesa europeia no quadro da NATO e uma outra posição, europeia, continental, que recusa diluir completamente a defesa europeia na defesa atlântica e procura alguma autonomia para o sistema de defesa europeu, nomeadamente com a integração da UEO na UE.

Existem, para além disto, algumas incertezas. É o caso das forças nucleares francesas e inglesas. Não há IESD credível sem capacidade de dissuasão nuclear. Houve em 1997, no quadro da Iniciativa Franco-Alemã, uma primeira abordagem desta questão em que se falou de dissuasão concertada, em partilhar as forças nucleares no quadro da UE, mas não parece ter existido desenvolvimentos posteriores nessa área. Esta dimensão nuclear está esquecida, está silenciada, convenientemente silenciada, mas não é possível uma IESD sem se pensar no estatuto da força de dissuasão nuclear.

Finalmente, há uma última perplexidade, uma outra questão que afecta, decididamente, o problema da definição da IESD: é a questão da definição dos interesses europeus. O que é o interesse europeu? Qualquer identidade pressupõe a existência de interesses comuns e o que acontece é que na Europa temos diferentes tradições nacionais e o peso destas diferentes tradições nacionais torna relativamente difícil a percepção do interesse comum.

É evidente que a Europa é uma unidade na diversidade mas ao definir uma IESD há que contar, não só com os problemas de natureza institucional, não só com os problemas de natureza operacional, mas também com este problema de construção de identidade.

As identidades constroem-se e reconstroem-se. Portugal também construiu a sua identidade no final do século passado e foi tão bem construída que ainda hoje há muita gente que está convencida que começou nos Lusitanos. É preciso um trabalho de reconstrução de identidades e isso é básico para a definição de um interesse europeu.

3.

Quais são, teoricamente, os modelos possíveis para a organização desta IESD? São três modelos possíveis: o modelo da rivalidade, o da subsidiariedade e o modelo da complementaridade.

O modelo da rivalidade seria o de um cenário de dissociação dos sistemas atlântico e europeu, de uma repartição total e completa das funções entre a NATO e a UEO, que em última instância constituiria um sistema autónomo da UE. Julgo que consideradas as divergências no interior da UE sobre o estatuto da UEO mas, sobretudo, considerado o grande consenso sobre a necessidade do vínculo transatlântico esta é uma hipótese meramente teórica que está afastada da construção de uma IESD.

O modelo da subsidiariedade seria o de uma IESD construída no quadro da relação transatlântica, com articulação dos dois sistemas, mas com a subordinação do sistema europeu ao sistema euro-atlântico. A desproporção entre NATO e U.E em matéria de segurança e defesa, quer do ponto de vista político quer do ponto de vista institucional, as divergências no interior da UE sobre o segundo pilar e sobretudo a rapidez e a eficácia da NATO fazem com que se alguma IESD se esteja a construir seja sob este modelo. Naturalmente com vantagens e com desvantagens. Vantagens porque é, provavelmente, menos onerosa, desvantagem porque tem custos do ponto de vista político para a UE, que são a inexistência de qualquer capacidade de defesa e segurança autónoma.

O terceiro modelo, é o da complementaridade. É uma IESD que se constrói no quadro da relação transatlântica, mas em que o sistema europeu e o sistema atlântico se articulam numa forma de cooperação, entre NATO e UEO, que implica repartição da função estratégica das suas organizações e que implica para os europeus, não só uma vontade política coerente, mas sobretudo uma capacidade e um esforço de investimento no instrumento militar que lhe permita ganhar credibilidade.

O debate actual tem dois palcos e rege-se por duas agendas. A primeira é a agenda política marcada pelo ano de 1999 e por dois acontecimentos fundamentais nesta área: a rectificação do Tratado de Amsterdão e a Cimeira de Washington em que está em causa o conceito estratégico da NATO, e a iniciativa recente, britânica, sobre a segurança europeia. Mas há uma segunda agenda ou um segundo palco onde alguma coisa, provavelmente mais sólida e com reflexos mais profundos a longo prazo, se está a passar. É a agenda económica e em particular a agenda das indústrias de defesa.

Desde o fim da Guerra Fria houve uma enorme crise na indústria de armamento com quebra no comércio internacional em cerca de 74%, com baixa no emprego e no volume de negócios, nestas indústrias, em cerca de 30%.

Perante isto o complexo militar Norte Americano, desde o princípio da década de noventa, começa uma enorme reestruturação e procede a enormes concentrações e à fusão entre sectores do armamento e sectores do aeroespacial. Enquanto isto está a acontecer nos Estados Unidos as indústrias europeias atravessam um período de perplexidade e só, agora, há relativamente pouco tempo começam a reagir.

No princípio deste ano quatro grandes grupos industriais europeus; British Aerospace, DAIMLER BENZ - Aéroespace (DASA), Aeroespacial e a Casa, apresentaram um relatório conjunto, confidencial, aos seus respectivos governos sobre o que entendem dever ser a reestruturação das indústrias de defesa europeias. Dizem: as indústrias europeias necessitam de uma reestruturação com base em duas concentrações; concentração com base nas indústrias nacionais num grande grupo europeu, concentração do sector aeroespacial com o sector da defesa. A fusão das pequenas empresas num grande grupo europeu é indispensável para a sua própria sobrevivência.

Este processo de globalização económica deveria ser acompanhado por mecanismos de ordem política para lhe regular os efeitos e para proteger os interesses das indústrias europeias, mas o que assistimos no campo político foi a perda pelos europeus de uma enorme oportunidade de intervir. Ao contrário do que acontece na agenda económica em que se consciencializa a necessidade da grande concentração de uma indústria europeia o tratado de Amsterdão deixa de fora do mercado único, Artigo 233.º, a questão das indústrias de armamento.

Na agenda política tudo foi reactualizado pelo debate introduzido pela iniciativa britânica de Toni Blair no Conselho informal de Portcha. Esta proposta que já foi apresentada quer pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Robin Cook na UEO quer pelo Ministro da Defesa, Robertson, em França, na Assembleia Parlamentar da UEO e diz, basicamente, o seguinte: é preciso discutir meios, é preciso que estes existam e que estejam à disposição dos países. Depois é necessário reforçar a IESD, a credibilidade militar e a vontade política. Esta abertura britânica para discutir este tema é recente e há diferentes interpretações sobre o significado desta proposta e sobre os resultados que ela trará.

Qual é, em concreto, a evolução possível da IESD? Afastado o modelo da rivalidade restam três hipóteses. A primeira é a do desenvolvimento do modelo da subsidiariedade levado ao extremo, ou seja, a construção de uma IESD dentro da NATO. Institucionalmente isto significa o desaparecimento da UEO e a sua diluição na NATO. Do ponto de vista militar todas as capacidades existentes na UEO passariam para a NATO, o que evitaria duplicação de estruturas e de funções e simplificaria todo o procedimento. Do ponto de vista político significava o aniquilamento de qualquer aparelho de acção externa da UE, ou seja, a PESC não poderia implementar qualquer decisão com implicações militares.

Os países europeus individualmente estariam presentes mas a Europa enquanto tal estaria ausente, totalmente ausente porque o “Senhor PESC” não se senta no Conselho do Atlântico. Haveriam múltiplas Identidades de Segurança e Defesa mas dificilmente haveria uma IESD.

A segunda hipótese é a do modelo da complementaridade. A IESD desenvolver-se-ia no quadro do vínculo transatlântico mas dentro da UE. Do ponto de vista institucional a UEO integrar-se-ia na UE, do ponto de vista político a UE passava a ter o aparelho de acção externa e de capacidade militar autónoma, do ponto de vista militar isso exigiria a divisão de funções estratégicas, em que a NATO faz a defesa colectiva, a UEO faz a gestão de crises. Isto pressuporia, contudo, vontade política e credibilidade do aparelho militar.

A terceira solução, seria uma solução de compromisso, vista como um período de transição em que a IESD se constrói simultaneamente dentro e fora da NATO.

Do ponto de vista institucional isto significava a manutenção da UEO como instituição autónoma e o reforço operacional e institucional desta. Do ponto de vista político, manter-se-ia o que existe neste momento, ou seja, a faculdade da UE em recorrer à UEO para as decisões PESC, do ponto de vista militar significava a manutenção da divisão de funções, acompanhada de reforço operacional e da sua utilização de facto.

Neste momento a UEO tem capacidades para operar em gestão de crises mas não tem havido vontade política de a utilizar. Quer pela via operacional quer pela via institucional continuaria a existir um processo de aproximação à NATO. Embora este modelo seja o menos perfeito e o mais ilógico poderá ainda manter-se por algum tempo até uma definição mais clara da conjuntura.

Mais interessante que a conjuntura são as tendências de longa duração e estas só nos são dadas por duas ordens de razões. A primeira, a globalização na indústria de defesa e na própria indústria de defesa europeia e, em segundo lugar, a evolução da presença internacional da UE que, se for ganho o desafio da Moeda Única, trará com uma maior clareza e evidência um défice entre aquilo que é o anão político e o gigante económico, ou seja o gigante económico vai parecer ainda maior e o anão político ainda mais pequeno.

Colecção “Cadernos EuroDefense-Portugal”



EuroDefense-Portugal

Praça das Indústrias
Apartado 3200 – EC Junqueira
1301-965 Lisboa
Tel: (351) 21 360 11 15
Fax: (351) 21 363 56 08
E-mail: eurodef@aip.pt
Site: eurodefense.aip.pt